

## DA DESTERRITORIALIZAÇÃO AO TERRITÓRIO SIMBÓLICO: O CAMINHO DE UMA SOCIEDADE INDÍGENA RUMO AO SEU TERRITÓRIO TRADICIONAL

**José Luiz de Souza**

Pós-Graduação em Geografia/ Instituto de Geografia/  
Universidade Federal de Uberlândia

[joseluizsouza67@ig.com.br](mailto:joseluizsouza67@ig.com.br)

### RESUMO

O presente artigo procura enfatizar os conceitos de *desterritorialização*, de *reterritorialização* e de *desreterritorialização*, discutidos pelo geógrafo Rogério Haesbaert em sua obra *O mito da desterritorialização*, ao mesmo tempo em que se pontua essas palavras-conceitos nas etapas percorridas pela sociedade indígena *Kinikinawa* na busca por seu território tradicional. Os *Kinikinawa*, cuja autodenominação é *Koinukunoen*, vivem hoje na aldeia São João, Reserva Indígena *Kadiwéu*, no município de Porto Murtinho, MS. Além dos conceitos de Haesbaert é enfatizado o de território indígena utilizado, freqüentemente, em bibliografias e trabalhos de pesquisadores que permeiam por este tema carregado de categorias simbólicas. Para finalizar, é importante ressaltar que esse grupo indígena utilizou-se da Educação para retomar sua luta pelo reconhecimento oficial no Estado e, simultaneamente, a luta para reaver as terras onde estão enterrados os antepassados dos *Kinikinawa*.

**Palavras-chaves:** Geografia, *Kinikinawa*, Território, Território Indígena, *Koinukunoen*.

## UMA HISTÓRIA DE DESTERRITORIALIZAÇÃO: OS KINIKINAW RETIRADOS DA TERRA TRADICIONAL

### ABSTRACT

The present article approaches the concepts of “desterritorialização”, “reterritorialização” and “desreterritorialização”, argued by the Geographer “Rogério Haesbaert” in his work “O mito da desterritorialização” and applying them, in the stages traversed by “*Kinikinawa*” indigenous society in the search by their traditional territory. The “*Kinikinawa*” people, whose their self-denomination is “*Koinukunoen*”, live nowadays in the “São João’s” village (Reserva Indígena *Kadiwéu*) in the municipal district of “Porto Murtinho”, in the State of “Mato Grosso do Sul (MS)”. Over and above definitions of “Haesbaert”, the article mentions the concept of indigenous territory used frequently in bibliographies that guides investigators’ works in this subject, charged of symbolical categories. This indigenous group used Education, as a weapon, to retake their contest by the official recognition in the State and, simultaneously, to get back their native lands where ancestors are buried.

**Keywords:** Geography, “*Kinikinawa*”, Territory, Indigenous Territory, “*Koinukunoen*”

O presente artigo procura enfatizar os conceitos de *desterritorialização*, de *reterritorialização* e de *desreterritorialização*, discutidos pelo geógrafo Rogério Haesbaert em sua obra *O mito da desterritorialização*, ao mesmo tempo em que se pontua essas palavras-conceitos nas etapas percorridas pela sociedade indígena *Kinikinau* na busca por seu território tradicional.

Os *Kinikinau* têm suas origens no sub-grupo Guaná da família lingüística Aruak e juntamente com os *Atikum*, os *Guarani-Kaiowá*, os *Guarani-Nandeva*, os *Guató*, os *Kadiwéu*, os *Kamba*, os *Ofaié* e os *Terena* formam o conjunto de sociedades indígenas que vivem no Estado do Mato Grosso do Sul.

Desde o início da década de 1940, ocupam um espaço alheio à cultura Kinikinau, quando foram levados pelo, então, Serviço de Proteção aos Índios (SPI) para a *Reserva Indígena Kadiwéu*, município de Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul. Na aldeia São João, onde está a maioria dos Kinikinau *desterritorializados* da terra dos seus ancestrais, foi criado e recriado o modo de ser *Koinukunoen* (autodenominação do grupo), transformando um espaço da *Reserva Indígena Kadiwéu* em “lugar Kinikinau”.

A expulsão das terras tradicionais fez com que os *Koinukunoen*, ao vagarem por terras alheias, fugissem dos “civilizados”, fato observado em muitas sociedades indígenas. Tal situação se assemelhou a uma investida contra os *Koinukunoen*, cujas conseqüências foram os silêncios que tornaram impronunciáveis às necessidades e as aspirações desse grupo. Sob a égide dos valores universais e a concessão do poder público vigente à época foi de fato imposto uma exterminação de populações indígenas inteiras, a dos *Koinukunoen* foi uma delas. Tamanho silêncio não foi possível ser ouvido nem por consagrados pesquisadores, como o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira no livro *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*: “dentre as inúmeras tribos ou subtribos a desaparecerem ainda no presente século [XX], podemos apontar os Kinikináu (Guaná) e os Ofaié-Xavante”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 27, nota de rodapé n.º 3).

A jornada longa e exaustiva dos *Koinukunoen* encontrou um “final” quando foram levados pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), a partir de 1940, para a *Reserva Indígena Kadiwéu*. Como as terras dos Kadiwéu eram extensas para uma população pequena, a vinda de índios, cuja finalidade era ocupar uma aldeia próxima aos limites, mostrou-se um subterfúgio do SPI que resolvia duas situações em apenas uma única ação: por um lado, a presença de índios favorecia a vigilância dos limites da *Reserva Indígena Kadiwéu*, por outro, os Kinikinau continuariam, novamente, em terras alheias, mas, desta vez, eram “protegidos” pelo SPI. Essa troca foi verificada no depoimento de Martinho da Silva, líder Kadiwéu, para o antropólogo Jaime Garcia Siqueira Jr:

[...] na época que abriu o SPI [...] então eles acharam um meio de que botasse algumas, digamos assim, alguns colonizadores, no caso dos Terenas, Sabe? Os Terenas começaram, os patrícios usaram os Terenas para poder ser assim um ponto de auxílio para eles. Eles plantaram, os Terenas toda vida gosta de agricultura, eles plantam mandioca, arroz, feijão, milho, isso aí, eles não eram, não são verdadeiros donos, mas cuidavam para os patrícios Kadiwéu, enquanto eles vigiavam essa enorme área que nós temos aqui (SIQUEIRA JR, 1993, p. 130).

Na aldeia São João, ao sul da Reserva, marcada pelo rio Aquidabã — denominação derivada de São João do Aquidavão — vivem os *Koinukunoen* até os dias atuais. Durante anos serviram aos Kadiwéu em troca da permanência na aldeia. Nesse local houve uma adequação pelo grupo que, dessa forma, transformaram-no em um “lugar Kinikinau”, apropriável para a vida — apropriado através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores. Assim, os Kinikinau retiraram da terra o sustento e, concomitantemente, deram-lhe vida, preenchendo o espaço com sua cultura: o *ethos* Kinikinau.

De acordo com os dados históricos levantados pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, os Kinikinau “[...] teriam atravessado o rio Paraguai, em ondas sucessivas, a partir da segunda metade do século XVIII, e se instalaram na região banhada pelo rio Miranda, entre os paralelos de 19<sup>o</sup>P e 21<sup>o</sup>P de latitude, onde foram encontrá-los os viajantes do século XIX” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 27). Na região do rio Miranda, os Kinikinau mantiveram uma aldeia, “junto ao rio Agaxi, de onde se dispersaram, expulsos de suas terras por um civilizado que as teria comprado do Estado de Mato Grosso [...]” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 27).

A compra de terras dos Estados, sem qualquer certificação de que tais áreas já estivessem ocupadas, foi comum no período anotado por Roberto Cardoso de Oliveira e, também, nos períodos que o sucederam. Os “civilizados”, apontados pelo antropólogo, adquiriram terras para se enriquecer e foram pouco atenciosos em relação aos meios empregados para conseguí-las. A expulsão é imediata e, aos índios, coagidos, resta-lhes a saída do espaço ocupado tradicionalmente.

O grupo migra para áreas menos assediadas, procurando em um outro espaço onde possam reconstruir, recriar a paisagem cultural antes apartada pelas circunstâncias. Assim os *Koinukunoen* registram na memória sua história da cultura, através do que teria ocorrido com o grupo, após o término do conflito platino:

Após a Guerra do Paraguai, os índios Terena e Kinikinawa, além de outros, sofreram sérias perseguições por parte de fazendeiros, posseiros e invasores. O grupo dos Kinikinawa foi disperso, mas algumas famílias estabeleceram-se em Agaxi, próximo à Miranda. Os invasores de terra novamente os perseguiram, obrigando-os a procurar outro lugar. Ficaram sabendo que no local chamado Corvelo havia terras devolutas e para lá partiram. Nesse tempo, já estavam recebendo orientações de um chefe do SPI, conhecido como Nicolau Horta Barbosa. Chegando ao Corvelo, fizeram suas casas, a terra era boa, então começaram a plantar, mas não demorou muito para aparecer um suposto “dono das terras”. O grupo comunicou o fato ao SPI e este os orientou a procurar o Campo dos Kadiwéu. Foi o que os homens fizeram. No dia 13 de junho de 1940, duas famílias chegaram à aldeia São João, que na época era desabitada. O Coronel Nicolau os acompanhou e determinou onde deveriam construir suas casas. O transporte que usavam era o carretão, uma espécie de carro de boi com rodas e eixo de madeira. O grupo que chegou à aldeia era de aproximadamente 12 pessoas (JOSÉ DA SILVA; SOUZA, 2003, p. 151).TP<sup>1</sup>PT

A memória de Leôncio Anastácio, o mais antigo Kinikinaw da aldeia São João, ainda vivo nos dias de hoje e tratado com reverência pelos indígenas como “pioneiro”, reteve a significativa imagem do meio de transporte utilizado por ele e pelos outros Kinikinaw para chegarem à aldeia. Tratava-se do carretão, puxado por dois bois e através do qual toda a bagagem de uma família era transportada para onde quer que fosse. Ainda de acordo com a tradição oral do grupo, os Kinikinaw vivem na *Reserva Indígena Kadiwéu* há pouco mais de 60 anos, tendo se reunido após a dispersão dos aldeados ocorrida na primeira metade do século XX, quando teriam sido expulsos do território tradicional, localizado na região entre os rios Miranda e Aquidauana, denominado *Wakaxu*.TP<sup>2</sup>PT

Ali, na aldeia São João, os “pioneiros” dos Kinikinaw reconstruíram as habitações, a área da lavoura e as outras edificações inerentes à cultura. Reconheceram na nova terra — mesmo que alheia, mesmo que temporária — os elementos necessários para sua sobrevivência: solo, vegetais, plantas medicinais, animais. Em mais de meio século, os Kinikinaw transformaram essa porção da *Reserva Indígena Kadiwéu* em um lugar próprio: um lugar Kinikinaw. Com os Kadiwéu, os Kinikinaw teriam estabelecido relações intersocietárias em que os primeiros, essencialmente caçadores e coletores, exigiam dos últimos, agricultores por excelência, tributos em troca da proteção e da permanência em seu território:

[...] Esses Terenas, vem sendo aliado com os Kadiwéu, sempre vivendo subordinado, os Kinikinaw subordinados aos Kadiwéu. Não podia fugir porque eles tinham uma tarefa a fazer com ele, então trouxeram eles. Eles escolheram um lugar como de agricultura e coisa e tal. O único, o recurso mais próximo que eles mesmo acharam de tocar um recurso de agricultura, no caso, uma lavourinha que eles fazem, é aqui para o lado do PI São João, porque fica perto de Três Morros, que existia primeiro bolixo que eles se mantinha daquele lugar. Então eles, os patrícios disseram: - Então vocês ficam aqui [...] aqui é o canto da nossa área, aqui qualquer coisa, qualquer irregularidade que vocês vê, procuram nos localizar, nos avisar o que está acontecendo. Agora vocês têm obrigação, planta milho, arroz, feijão, tudo o que se dá aqui vocês planta, e nós vamos comercializar entre nós mesmos, lá pelo rio Paraguai, por aí, tudo o que nós conseguir nós entrega aqui, nós

<sup>1</sup> Depoimento do ancião Leôncio Anastácio, concedido ao professor Rosaldo de Albuquerque Souza no final de 2003.

<sup>2</sup> Expressão que significa, em língua Kinikinaw, “capivara na lagoa” (informação pessoal fornecida aos autores por Inácio Roberto e Ambrósio Góis).

não temos como negociar [...] Nós vamos negociando, isso aí, vocês ficam como vigilante nosso, como ponto de segurança nosso. Aí toparam, onde existe o PI São João (SIQUEIRA JR, 1993, p.130-131).

O próprio líder Kadiwéu, Martinho da Silva, como se percebe pelo trecho do depoimento reproduzido acima, confunde os Kinikinau com os Terena, não fazendo distinção entre uns e outros. Essa confusão pode ter sido gerada pela proximidade lingüística dos dois grupos, o que de fato os tornou “iguais” aos olhos de outros. Além do que, para os Kinikinau, se identificar como Terena representou, durante muito tempo, uma das estratégias utilizadas pelo grupo para sobreviver a toda a sorte de perseguições a que foi submetido. As relações entre os Kinikinau e os Kadiwéu, no entanto, nem sempre foram amistosas:

[...] Como vivemos em terra alheia, sempre ameaçados por algumas famílias de outra etnia, não queremos mais esta vida sem liberdade. Por isso, pedimos a volta para o nosso território de origem Kinikinau, onde possamos viver em liberdade, garantindo um futuro mais feliz para as nossas crianças, para que não esqueçamos nossas tradições e que todos nos reconheçam e nos respeitem como povo Kinikinau (SEMINÁRIO POVOS RESISTENTES, 2003).

O tempo deslocou-se no espaço, Os Kadiwéu já não são mais os mesmos, tampouco os Kinikinau. No entanto, as novas gerações destes últimos sempre retiveram na memória o território tradicional, pois este foi continuamente reavivado pelos “pioneiros”.

#### **TERRITÓRIO INDÍGENA E TERRITÓRIO SIMBÓLICO: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS**

Os Kinikinau foram retirados do território tradicional situado próximo a Albuquerque pelos “civilizados” que estavam em busca de terras para pasto e agricultura. É possível traduzir esse processo como *desterritorialização*? Os Kinikinau foram *desterritorializados* de qual território? Ou seja, qual é a concepção de território presente nesse processo que caracterizaria uma *desterritorialização*? Rogério Haesbaert afirma que dependendo da concepção de território utilizada, muda-se, conseqüentemente, a definição de desterritorialização a ser discutida:

[...] Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades [...] (HAESBAERT, 2004, p. 35).

Essa diferenciação faz-se necessária devido à amplitude do conceito e às diversas possibilidades de definições encontradas em outras áreas do conhecimento, como a própria Geografia, a Ciência Política, a Economia, a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia. A Geografia enfatiza a “materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza)” (HAESBAERT, 2004, p. 37).

O conceito de *território indígena* utilizado aqui se baseia a partir das contribuições da Antropologia, que define, usualmente, o território indígena como todo espaço que é imprescindível para que um grupo étnico tenha acesso aos recursos que tornam possível a sua reprodução material e espiritual, de acordo com características próprias da organização produtiva e social (ALARCÓN, 2001). Não há muitos estudos geográficos que poderiam contribuir com uma definição de território indígena. No entanto, uma gama de trabalhos proveniente da ciência geográfica vem retratando as modificações efetivadas pela cultura nas paisagens, como afirma Paul Claval:

[...] a paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é

marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos do grupo. Ela constitui desta maneira um documento-chave para compreender as culturas, o único que subsiste freqüentemente para as sociedades do passado [...] (CLAVAL, 2002, p. 14).

Os estudos da Geografia Cultural fazem com que os geógrafos aprendam a enfrentar as realidades sociais explicadas pela cultura, mesmo assim, há muito que se fazer. Junto às populações indígenas ou nos trabalhos relativos a esses grupos, o geógrafo, que muito poderia contribuir, hesita, ainda, em questionar a lógica dos comportamentos, e recua-se àquela fase em que a Geografia apenas pontuava as “coisas” e os homens no espaço. O universo de temas, relativos às populações indígenas, nos quais caberia perfeitamente ser explorado pela Geografia, tais como territorialidade, meio ambiente, as paisagens modificadas pela cultura são vistos superficialmente e, muitas vezes, o trabalho do geógrafo se resume a cartografar os temas, localizar em mapas as populações indígenas, deixando para trás consideráveis oportunidades que são aproveitadas por outras áreas do conhecimento.

Em um sentido material, os vínculos da cultura com o território nunca podem ser rompidos. As comunidades indígenas parecem ter claro isso, pois constantemente “relembra” suas origens através da tradição oral, em que as histórias dos mais velhos são contadas e recontadas, como no caso do Sr. Leôncio. Há uma nítida institucionalização dos lugares, ou seja, o batismo de lugares importantes para a história da cultura, como já assinalado por Paul Claval (2001) e, também, observado entre os Kadiwéu<sup>TP3</sup>PT.

O território é utilizado pelas comunidades indígenas como a bandeira que incentiva a mobilização em prol da terra tradicional. É através dele que muitas dessas comunidades “sem território” terminam por pressionar estudos antropológicos do órgão indigenista oficial e, aos poucos, vão retornando às áreas tradicionais ocupadas anteriormente pelos antepassados. Na verdade, com a tradição de lembrar os tempos dos antigos, os indígenas nunca ficam sem território, pois o território de onde saíram está presente nos rituais, nas crenças e, principalmente, nas histórias e mitos de criação. Há, nesse caso, uma “desmaterialização” do território e, como consequência disso, uma reivindicação das comunidades indígenas por uma situação física apropriada.

A desterritorialização afeta a unidade do grupo indígena, os maiores conflitos expõem isso de maneira clara, como as comunidades em que os indígenas são obrigados a saírem de sua aldeia para trabalhos em usina ou naquelas em que as taxas de mortalidade infantil e de suicídio cresceram. Appadurai, citado por Haesbaert, alerta sobre as consequências da *desterritorialização*:

[...] Desterritorialização afeta as lealdades de grupo [...] as relações marido-esposa e pai-filho tornam-se ao mesmo tempo politizada e exposta aos traumas da desterritorialização na medida em que os membros da família reúnem recursos e negociam seus entendimentos e aspirações comuns em arranjos espaciais às vezes fraturados [...] (APPADURAI apud HAESBAERT, 2004, p. 220-221).

No entanto, essas não as únicas consequências da *desterritorialização*. Mesmo porque é um processo que gera angústias nos *desterritorializados*, pois estes têm de reconstruir um novo lugar, em outro lugar.

#### **À GUIA DE CONCLUSÃO: ÍNDIOS KINIKINAU RETERRITORIALIZADOS**

Em um contexto tão específico como o das comunidades indígenas não há como deixar o fator cultural em segundo plano. Expressões-conceitos como assimilação, aculturação<sup>TP4</sup>PT,

---

<sup>TP3</sup>PT Os Kadiwéu, que vivem no município de Porto Murtinho-MS, através da institucionalização de lugares nomearam grandes municípios e pontos geográficos que existem até hoje e que são amplamente utilizados pelos não-índios que nem sequer imaginam sua origem (Cf. SOUZA, 2005b).

<sup>TP4</sup>PT Cf. CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976.

transfiguração étnica<sup>5</sup>PT, e, agora, hibridização cultural já estão sendo revistas ou reelaboradas. Mesmo que ocorra a tal *hibridização* assinalada por autores citados por Haesbaert. Mesmo sendo imposto ou submetendo-se uma sociedade a um outro modo de vida, há uma essência da tradição indígena que não reflete tantas alterações como outros valores culturais.

Manuela Carneiro da Cunha faz coro a vários antropólogos sobre a existência de uma tradição que seja original de cada grupo étnico. A tradição original da sociedade, “[...] na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras[...]” (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p. 99). Essa tradição tende a “[...] acentuar, adquirindo maior visibilidade, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos [...]” (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p. 99). Os sinais diacríticos, por sua vez, são aqueles capazes de distinguir, de separar o indivíduo indígena do não-indígena.<sup>6</sup>PT Com os Kinikinau esta situação não é diferente, embora, estejam fora do seu território tradicional, isto não quer dizer que, sem ele, perderam todas as características que compõem o *ethos Koinukunoen*, ou seja, o modo de ser Kinikinau. No entanto, também não significa representar os Kinikinau como “sem território”, pois estes o mantém vivo na tradição oral. Necessitam apenas deixar a terra alheia para não sofrer pressões da outra etnia tão diferente que a sua. Considerando o respeito à diversidade cultural,

“[...] a integração entre culturas poderia assumir o significado de movimento transversal, de âmbito cultural, a enriquecer as experiências. No entanto, a integração, freqüentemente, assume outros significados – muitos dos quais equivalentes à assimilação ou à transfiguração cultural [como propostas por Cardoso de Oliveira e Darcy Ribeiro, respectivamente]”. (HISSA; SOUZA, 2006, p. 29).

Nas sociedades contemporâneas, especialmente as ocidentais, adquirem prevalência as interpretações de primazia, hierarquia e de hegemonia cultural porque, também, todas elas estão associadas à imagem de hegemonia econômica. Segundo Haesbaert, “o capitalismo continuará reterritorializando com uma mão o que desterritorializa com a outra, criando-se assim ‘neoterritorialidades’ [...]” (2004, p. 230).

Haesbaert conclui que não é possível afirmar a existência de um processo de *desterritorialização* sem pensar na dominação de uma complexidade de *reterritorializações*. Em outras palavras, não há desterritorialização sem que haja uma reterritorialização.

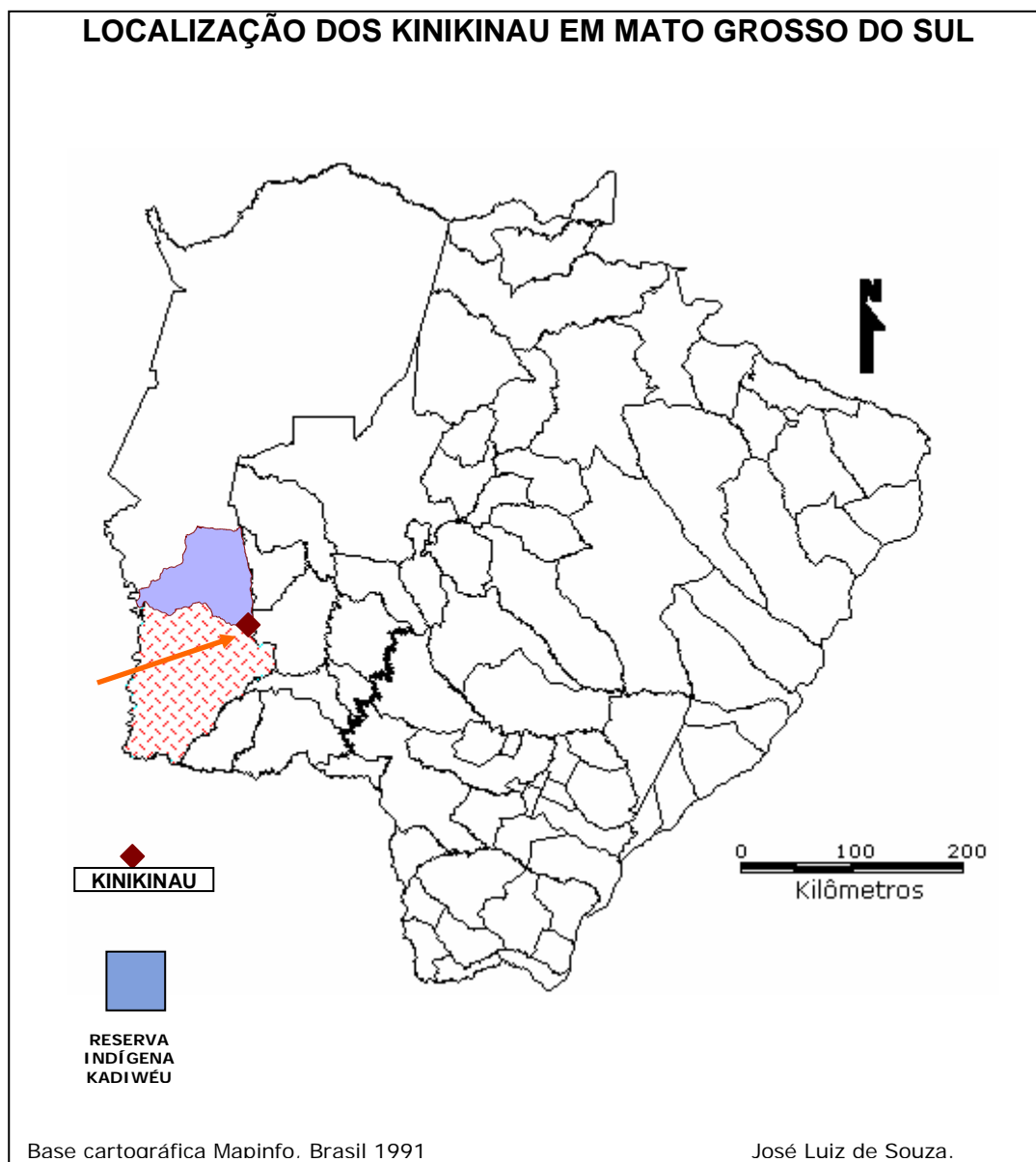
Ao transportar essa idéia para o processo vivido pelos Kinikinau, pode-se dizer que se houve uma *desterritorialização* dos Kinikinau frente à retirada/expulsão do grupo das terras tradicionais, por outro se percebe que os Kinikinau, agora, em terras dos índios Kadiwéu, construíram o seu território, o seu lugar, dando-se o que Haesbaert denominaria *reterritorialização*. Um lugar propício que elevou a taxa de crescimento populacional do grupo, permitindo que as tradições, com todo o dinamismo inerente, mesmo que alteradas – aos olhos não experientes –, ainda que “assimiladas”, “aculturadas”, “transfiguradas” ou até mesmo híbridas frente à proximidade da cultura Kadiwéu, fossem mantidas em sua plena essência.

Com a identidade étnica fortalecida, os Kinikinau estão decididos a readquirir a posse das terras tradicionais, cujo valor dado pelos “pioneiros” foi transmitido às gerações ulteriores. Inicia-se um processo de *reterritorialização* por parte dos Kinikinau e, por outro lado, um processo de *des-reterritorialização* por parte dos fazendeiros que atualmente estão ocupando a área que corresponderia ao território tradicional *Koinukunoen*.

Contudo, há um impasse a ser resolvido, caso decidam regressar ao tão esperado território tradicional, ou seja, deixar o atual “lugar Kinikinau” significa, também, entre outros interesses, deixar para trás os entes queridos que ali estão sepultados e que contribuíram para que a sociedade Kinikinau não perecesse no passado.

<sup>5</sup> Cf. RIBEIRO, Darcy, 1980.

<sup>6</sup> Cf. SOUZA, 2005a



Mapa 1 - Localização dos Kinikinau no Estado de Mato Grosso do Sul. Adaptado de SOUZA, 2005a).

Anteriormente a isso, os Kinikinau devem passar pelos trâmites legais até conseguirem a sua própria terra, a exemplo do que ocorreu com tantas outras sociedades indígenas no Brasil. Poderão passar mais alguns anos em terras dos Kadiwéu até que se demarque e homologue a terra indígena Kinikinau. Como no caso dos Kaxixó, que vivem nos municípios de Martins Campos e Pompeu, no Estado de Minas Gerais, que lutaram por 15 anos pelo reconhecimento oficial e em 2003 foi aberto um grupo de trabalho (GT) pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, para início da identificação de terra Kaxixó. Entretanto, o processo foi suspenso por falta de recursos do órgão federal.

Enquanto os Kinikinau não retornam para sua terra, continuam a lutar pelo devido reconhecimento do órgão indigenista, pela sociedade nacional e pelas outras sociedades indígenas. Deixarão a invisibilidade e o rótulo de índios extintos para se afirmarem enquanto uma sociedade portadora de direito consuetudinário e um modo de vida dinâmico. Uma sociedade que transformou e transforma os lugares por onde passa a fim de manter suas características essenciais. A esperança dos Kinikinau está tão viva quanto à própria sociedade

a que pertencem. Outras lutas poderão surgir enquanto esperam o dia destinado à reconstrução do velho e novo território impondo-lhe suas particularidades, transformando a paisagem cultural já tão modificada, fazendo do novo território, tão almejado pelos “pioneiros” e por seus descendentes, um *lugar Koinukunoen*.

## REFERÊNCIAS

ALARCÓN, Roberto B. **Tierra, território y territorialidad indígena**: um estúdio antropológico sobre la evolución em las formas de ocupación... Santa Cruz de la Sierra: APCOB/ IWGIA/ SNV, 2001. 356 p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Do índio ao bugre**: o processo de assimilação dos Terêna. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Antropologia do Brasil**: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense/ Edusp, 1986.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JOSÉ DA SILVA, G. **A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984)**: memória, identidade e história. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2004. (Dissertação de Mestrado em História).

JOSÉ DA SILVA, Giovani; SOUZA, José Luiz de. O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 149-156, jul./dez. 2003.

RIBEIRO, Darcy. **Kadiwéu**: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980.

SEMINÁRIO POVOS RESISTENTES: **a presença indígena em MS**, 1., 2003. Corumbá, MS.

SIQUEIRA JR. J. G. **“Esse campo custou o sangue dos nossos avós”**: a construção do tempo e espaço Kadiwéu. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 1993. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social).

SOUZA, José Luiz de. **A geografia entre os Kadiwéu**. 2005a. 132f. Belo Horizonte: Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

SOUZA, José Luiz de. Lugares indígenas: espaços (de)marcados pela territorialidade Kadiwéu. In: 8 Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia – 8 ENPEG, 2005, Dourados. **Anais do 8 Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia**. Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2005b.

SOUZA, José Luiz de; HISSA, Cássio E. V.; **Cultura indígena e Geografia: os Kadiwéu. Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, MG, v.12, p. 26-35, 01 jan. 2006.